

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Sessão será transmitida ao vivo pela TV Câmara

Pela primeira vez, Câmara sedia sessão do TCE-SP I

A Câmara Municipal sedia pela primeira vez na história da Casa uma Sessão Ordinária do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). O encontro está marcado para 08 de abril, às 10h, no Plenário José Maria Matosinho, com entrada pela Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66, Ponte Preta. "A ideia é aproximar o Tribunal das instituições públicas, da comunidade acadêmica e da sociedade, fortalecendo a transparência e a compreensão sobre o papel do órgão no controle dos gastos públicos e na orientação dos gestores", afirmou Germano Fraga, Secretário Diretor-geral do Tribunal do TCE-SP, durante visita técnica em Campinas.

Câmara sedia sessão do TCE-SP II

Para o presidente da Casa, o vereador Luiz Rossini (Republicanos), "a realização de uma Sessão do TCE na Câmara Municipal reforça o papel do Legislativo como espaço de promoção da transparência e de conhecimento sobre o funcionamento do controle externo, fiscalização e boas práticas na administração pública". A sessão será transmitida ao vivo pela TV Câmara Campinas e pelo canal da emissora no YouTube.

Câmara Municipal de Campinas



Fiscalização popular deve ser incentivada e premiada

Dinheiro para denúncia de lixo I

O vereador Paulo Haddad (PSD-SP) protocolou o Projeto de Lei que cria um programa de fiscalização colaborativa de resíduos sólidos, o "Fiscais do Povo Contra o Descarte de Lixo Irregular." O objetivo é incentivar a população a registrar e a denunciar - por meio de imagem ou vídeo - o descarte irregular em áreas públicas. A denúncia que contiver informações e imagens que permitirem a autuação do infrator e a aplicação da respectiva multa garantirá ao denunciante uma premiação de 20% do valor líquido das multas previstas.

Dinheiro para denúncia de lixo II

"As denúncias poderão ser realizadas por meio de aplicativo oficial da Prefeitura, plataforma eletrônica ou outros meios indicados pelo Poder Executivo, devendo ser garantido, caso solicitado, o sigilo da identidade do denunciante. O pagamento da premiação poderá ocorrer no prazo de até 60 dias após o recolhimento do valor da multa paga pelo infrator", afirma.

PINGA-FOGO

Inadequação I

O fato do TCE-SP realizar uma sessão na Câmara de Campinas suscita uma reflexão sobre os limites da cordialidade institucional. Embora o órgão alegue que a iniciativa vise aproximar a Corte de Contas da sociedade, o local ignora preceitos básicos de independência entre fiscalizador e fiscalizado.

Inadequação II

O TCE-SP possui a atribuição constitucional de exercer o controle externo sobre a administração pública. No caso das Câmaras Municipais, essa fiscalização é direta e rigorosa, abrangendo desde a legalidade de editais até a análise definitiva das contas da mesa diretora.

Inadequação III

Quando o órgão que fiscaliza o uso do dinheiro público se instala na "casa" de quem é fiscalizado, cria-se uma proximidade que compromete a necessária isenção. O agravante é o momento: a sessão ocorre em meio à polêmica do aumento de mais de 100 cargos comissionados na Câmara.

Inadequação IV

Em um cenário em que a austeridade e o rigor técnico devem prevalecer, a cordialidade institucional em excesso enfraquece a necessária distância entre os poderes. A aceitação da estrutura da Câmara como palco de julgamentos transmite à sociedade uma imagem de proximidade incompatível com a independência que se espera das instituições.

Inadequação V

A autonomia administrativa e a independência técnica exigem que cada órgão mantenha suas atividades em seus respectivos domínios. O intercâmbio republicano é saudável, mas apertos de mãos e tapinhas nas costas não devem substituir a necessária sobriedade que a fiscalização de contas exige.

Inadequação IV

Caso o objetivo do TCE-SP seja, de fato, o fortalecimento da transparência e o diálogo com a população de Campinas, existem inúmeros locais neutros na cidade capazes de abrigar tal evento. A democracia ganha quando as fronteiras entre quem fiscaliza e quem é fiscalizado permanecem claras e respeitadas.



Polêmica chegou à Câmara e conta com apoio dos vereadores

Abaixo-assinado pró-bancas tem mais de 2,2 mil

Mobilização é realizada por permissionários e moradores

Da Redação

Um abaixo-assinado virtual, com mais de 2,2 mil assinaturas, lidera o movimento de resistência contra a decisão de remover 52 bancas do Centro histórico de Campinas (<https://peticaopublica.com.br/?pi=BR158553>).

A mobilização, iniciada por permissionários e moradores, é realizada após o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) e a autarquia Setec (responsável pelo solo público campineiro) determinarem a desocupação de espaços tradicionais sob o argumento de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico.

Legislativo

A polêmica atingiu o plenário da Câmara Municipal, onde os 33 vereadores manifestaram forte oposição à medida. Parlamentares de diferentes espectros políticos criticaram a falta de diálogo e o impacto social da decisão, ressaltando que muitos comerciantes investiram recentemente em melhorias nas estruturas com autorização do próprio poder público. O argumento central dos críticos é que as bancas, algumas operando há mais de 75 anos no mesmo local, constituem patrimônio imaterial e são fundamentais para a dinâmica econômica e a segurança do Centro, pois ajudam a manter a circulação de pessoas.

A favor da remoção

Por outro lado, um grupo de entidades de classe, incluindo a Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) e o Sindivarejista, manifestou apoio oficial à deliberação do Condepacc. Em moção conjunta, as instituições defenderam que a retirada é necessária para valorizar a identidade histórica da cidade e promover um desenvolvimento urbano sustentável. Entretanto, as entidades ponderaram que a execução do plano deve ser feita com equilíbrio, sugerindo a criação de alternativas para a realocação digna dos trabalhadores em novos espaços compatíveis.

A prefeitura aponta riscos de improbidade caso as estruturas irregulares permaneçam em áreas tombadas, como o Largo do Rosário e a Praça Carlos Gomes. Isso porque, com a atuação do Ministério Público, a permanência das estruturas nesses locais pode acarretar multas, ação civil pública e responsabilização criminal, tanto para agentes públicos quanto para os próprios permissionários. Diante da pressão, a Setec se comprometeu a apresentar, até o dia 13 de abril, um plano detalhado para tentar solucionar o impasse.

Enquanto isso, os proprietários das bancas relatam um cenário de incerteza, alegando que dependem exclusivamente dessas unidades para o sustento de suas famílias.